



INFORMAÇÕES GERAIS DO TRABALHO

Título do Trabalho: “Cultura Material e Habitações no Centro Nordeste Mineiro: os *inventários post-mortem* de Peçanha (MG, 1857 – 1886)”

Autor (es): Vitor Ezequiel Moreira e Silva, Isaac Cassemiro Ribeiro.

Palavras-chave: Identidade Regional; Cultura Material; Habitações.

Campus: São João Evangelista

Área do Conhecimento (CNPq): Historia

RESUMO

O presente trabalho se insere nas atividades de pesquisa desenvolvidas pelo Grupo de Estudos em História Regional e Desenvolvimento – GEHRD, e apresenta resultados e análises preliminares, da pesquisa documental, do projeto intitulado: “Cultura Material e Habitações no “Centro Nordeste Mineiro”: um levantamento das “casas centenárias” como subsídio para o fortalecimento da identidade regional e das políticas de defesa do patrimônio cultural”. Buscou-se coletar, sistematizar e elaborar conhecimento historiográfico de base sobre habitações centenárias nos municípios de Peçanha, Guanhães e São João Evangelista. Essa região centro nordeste mineira tem uma carecia muito grande de história regional documentada, o pouco que as pessoas sabem são de fontes orais, através de histórias contadas de geração em geração.

INTRODUÇÃO:

O trabalho de cultura material e habitações no “centro nordeste mineiro” se define em um levantamento das “casas centenárias” como subsídio para o fortalecimento da identidade regional e das políticas de defesas do patrimônio cultural.

É objetivo deste trabalho coletar, sistematizar e elaborar conhecimento historiográfico de base sobre o patrimônio cultural, histórico e edificado do centro nordeste mineiro mais especificamente suas habitações centenárias.

Com o intuito de investigar os mecanismos de formação de identidade regional de um circuito de cidades localizadas no entorno do Instituto Federal de Minas Gerais – IFMG, campus São João Evangelista (IFMG/SJE). Nomeadamente, os municípios de Serro, Conceição do Mato Dentro, Peçanha, Guanhães, Sabinópolis e São João Evangelista. Para isso, buscaremos estudar o patrimônio histórico desses municípios, a partir dos referencias teóricos dos estudos da “cultura material”.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para o trabalho foi a coleta de inventários na região centro nordeste mineira para a extração das informações em um banco de dados, ou textos acessíveis que serão colocados em um website que terá como função o enriquecimento sobre o patrimônio cultural da região.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:



Em análise inicial das somas dos bens e fortuna total (monte-mor, em réis) encontrados em 43 inventários de Peçanha, entre os anos de 1857 a 1886, concluímos que a sociedade da Mata do Peçanha, no período Imperial, era muito desigual, com um terço de inventariados podendo ser considerados pobres, com fortunas muito pequenas e médias baixas, ao mesmo tempo em que cerca de um sexto dos inventariados detinha a maior parte da riqueza do grupo. Além disso, podemos dizer que os grupos médios detinham certa expressão dentro do padrão de distribuição da riqueza local, concentrando cerca de um terço da riqueza total (SILVA; RIBEIRO, 2016).



Figura 1: Fazenda Candoza – Foto da Fachada Frontal (BENINCASA, agosto de 2016)

As habitações subsistentes do período Imperial, no Centro Nordeste Mineiro, não são muitas, e pertenceram aos indivíduos situados nas faixas de fortuna superiores, o que condicionou a amostra à um pequeno espectro do corpo social. Buscamos corrigir esta vicissitude cruzando as fontes, ou seja, recorrendo aos inventários de outras camadas sociais e a fotografias antigas que apresentam imóveis extintos, com claras vinculações aos estratos baixos da sociedade. Todavia, vale lembrar que apenas uma parte das pessoas que faleciam tinha seus bens inventariados no período, sobretudo as pessoas de camadas mais altas. Os inventários mostram que a maior parte dos ativos esteve empregada na compra de mão de obra escrava (47%), seguido por imóveis (27%), dívidas ativas e passivas (15%), bens profissionais ou pessoais (6%) e animais (5%). As cifras demonstram que, na contramão do que ocorria em outras partes do Império Brasileiro no mesmo período, na região de Peçanha, encontramos grande apego às formas de produção escravista, e pouca valorização imobiliária. Por outro lado, notamos, assim como ocorria no resto do Império, certa valorização monetária das habitações nas últimas décadas do século. A maioria dos imóveis se encontrava na área rural (92%), o que se justifica na importância da produção agropecuária e na inexpressiva e tardia formação urbana local. As terras correspondiam à 56% dos investimentos em imóveis, seguidas pelas habitações (24%) e benfeitorias (20%). A participação das casas rurais no valor total das avaliações (66%) foi maior que das moradias urbanas. Os “utensílios domésticos” corresponderam a apenas 10% dos “bens profissionais ou pessoais”. Dentre eles, se somarmos os objetos ligados a ações de “alimentar” e de “cozinhar”, temos que a esmagadora maioria desses ativos (80%) estavam ligados aos rituais sociais de refeição, que, tanto no nível da produção de alimentos (cozinhar), quanto no seu consumo



e/ou na exibição ostentativa de objetos de prata e/ou de luxo envoltos nesse ritual, concentrava quase um quarto de todo o investimento em “bens profissionais ou pessoais”. Sobre os tipos de móveis encontrados nos inventários, constatamos que 45% deles eram destinados a guarda de objetos, seguido por móveis de descanso (18%), luxo (18%), apoio 14% e assento 5%.

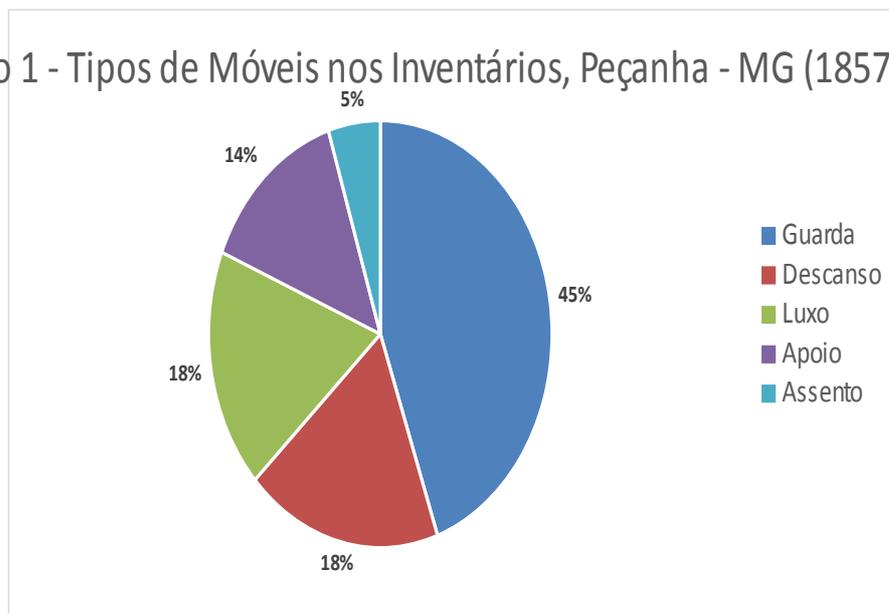
A análise Gamma das plantas-baixas das habitações demonstrou que houve, no geral, uma tendência ao aumento do número de cômodos no final do Oitocentos, maior na zona rural. No decorrer do século, os cômodos das casas ficaram cada vez mais restritos à circulação interna, materializando o valor da intimidade portas adentro, sobretudo nas fazendas (ponto fulcral da economia regional). Notamos também o aumento nos níveis de dificuldade da acessibilidade externa aos cômodos das residências, estes, por sua vez, maiores nas habitações urbanas. Concluímos que as casas nos povoados eram mais restritivas quanto a pessoas de fora, quando comparadas com as moradas de fazendas. Obviamente, na zona rural, com a totalidade dos indivíduos da unidade vinculando-se de alguma forma à moradia, a necessidade de controle do acesso externo era bem menor que o controle da circulação interna. Por outro lado, no povoado, o controle do acesso ao público externo era maior, enquanto a circulação interna (integração) não era muito restritiva, possibilitando maior interação entre os membros do agregado. Essa maior integração espacial das casas urbanas poderia comprometer as formas de materialização da intimidade e da privacidade interna aos membros de um mesmo grupo familiar co-residente. Ao contrário, nas casas rurais da Mata do Peçanha, a própria necessidade de segregação dos espaços internos colaborava para materialização desses valores. Certamente as famílias da elite local passavam mais tempo em suas casas de fazenda do que em suas casas no arraial ou vila, isso, quando as tinham. Pela análise estética arquitetônica das habitações urbanas, podemos notar que em sua maioria, as casas do período possuíam vãos com vergas retas, aparecendo alguns exemplares com vergas alteadas em forma ogival (neogótico), demonstrando a ligação da arquitetura vernácula regional ao padrão simétrico de inspiração classicizante (neoclássico) e/ou eclético, já no fim do século. Ao mesmo tempo, constatou-se a simplicidade das fachadas, herança da secular tradição arquitetônica de origem portuguesa. Tanto a simetria, quanto os poucos elementos decorativos presentes em algumas das fachadas, parecem ter se inspirado, através de processo mimético, naqueles encontrados no antigo arraial do Tejuco. No tocante às casas rurais, um modelo peculiar se impõe à maioria dos exemplares: varanda corrida cobrindo toda extensão frontal do edifício. Muitas das vezes, constatou-se em uma de suas extremidades, a presença de um pequeno cômodo, originalmente destinado à capela ou ermida familiar. A presença dessa varanda fronteira, ou alpendre, sem a capela, é constatada no sobrado da família Ottoni, nos arrabaldes da cidade do Serro. Tendo em vista a influência política dessa família durante o século XIX na região, é possível que seu padrão estético, dentre outras semelhantes, tenha sido mimetizado e se afirmado como majoritário nas moradas dos fazendeiros locais. Constatamos também, em ambos os tipos de casa, urbana e rural, a predominância da forma retangular alongada nos vãos, conferindo-lhes aparência delgada.

Ao observarmos os móveis existente nos inventários, constatamos que a maior parte deles (45%) destinava-se à guarda de objetos, constituindo-se de 54 peças (ver gráfico 5). O “grosso” do mobiliário dessas casas era formado por caixas de vários tipos e tamanhas, totalizando 42 unidades nos inventários. Dentre elas, grande parte era coberta de “couro” (5), “couro cru” (6) ou “sola” (2), outras “sem encourar” (5), muitas caixas possuíam “ferragem e fechadura” (12). Da presença maciça de caixas, podemos inferir que a sociedade instalada na Mata do Peçanha no período organizava-se na guarda de seus objetos sobretudo de maneira horizontal, exigindo muito para as diversas atividades do cotidiano a postura de agachamento,



como guardar ou retirar das caixas: alimentos, roupas, etc. Vale atentar para o fato de que oito dessas caixas eram “de viagem”, todas avaliadas em pares e cobertas de couro, com “ferragem e fechadura”, demonstrando a versatilidade do móvel, que tanto poderia ser utilizado em viagens, quanto para guardar os objetos pessoais do proprietário em sua residência. Essas caixas muitas vezes eram marcadas com tachas (ferragem) formando as iniciais do dono. Como sabemos que a Mata do Peçanha era uma região produtora de gêneros alimentícios para o abastecimento interno, principalmente de Diamantina e Serro, a existência de quantidade considerável desse móvel polivalente deixa entrever a rotina dos proprietários pequenos escravistas do entorno em suas itinerantes vidas de tropeiros.

Gráfico 1 - Tipos de Móveis nos Inventários, Peçanha - MG (1857 - 1886)



Quanto ao tamanho, além desses 4 pares de caixas “para viagem”, que certamente não seriam muito grandes (o tamanho padrão dessas caixas ainda pode ser observado em museus históricos locais ou em acervos particulares); encontramos 3 caixas “grandes” e 12 “pequenas”, sendo que em 16 não consta o tamanho, talvez fossem médias. Desta forma podemos dizer que grande parte dos objetos eram guardados em caixas pequenas espalhadas pelos cômodos da casa.

Encontramos ainda 4 armários nos inventários de pessoas de posse, o que demonstra que a guarda de objetos na vertical ainda estava restrita a poucos da região no final do século XIX, algo que aparentemente já era corriqueiro em várias partes da província de Minas Gerais no mesmo período. Não foi encontrando nenhum “guarda-roupas” entre os móveis, essa inovação ainda não havia se alastrado nesses sertões no final do século XIX. A avaliação de um dos bens móveis nos indica como seria guardada indumentária de quem possuía mais que um ou duas peças de roupa: “uma caixa grande para roupas, pela quantia de seis mil réis”,

Em segundo lugar, dentre os móveis, encontramos aqueles destinados ao “descanso”, despendendo 18% dos ativos aplicados nessa categoria de bens (ver gráfico 5). Estes móveis de descanso constituíam-se unicamente de catres (camas rústicas), que totalizaram 37 peças. Não foram encontrados nenhum outro tipo de móvel de descanso como àqueles comumente encontrados em outras áreas de Minas



Gerais no mesmo período, como marquesas, espreguiceiros, canapés, leitos etc. O que demonstra a rusticidade da vida no sertão da Mata do Peçanha no final do século XIX. Porém, não podemos deixar de lembrar que existiam outras formas de leitos que por seu pouco valor monetário não eram avaliados, como os “jiraus”, feito com paus toscos, amarrados com cipós, e com os pés fincados na terra abaixo do chão, como foram descritos pelo viajante naturalista francês, Auguste de Saint-Hilaire, em sua passagem por essas terras. Também podia-se dormir em redes, apensar de não termos encontrado referências à essa prática para o local.

Em terceiro lugar, do total despendido com móveis, encontramos aqueles classificados como de “luxo”, concentrado também cerca de 18% desses ativos (ver gráfico 1). Trata-se de apenas três relógios, um de mesa, dois de parede, porém com certo valor, entre 20 a 50 mil réis. Não foram encontrados outros bens que poderiam ser enquadrados em móveis de luxo, como quadros, tapetes, etc.

Em quarto lugar aparece o mobiliário classificado como de apoio, detendo 14% do total dessa categoria (ver gráfico 5). Compunha-se de 16 mesas, de vários tamanhos, sendo 7 grandes, 5 pequenas e 4 sem menção ao tamanho. Dentre estas mesas, três foram designadas como “de jantar”, o que corrobora com o que afirmamos anteriormente sobre a primazia dos atos ligados aos rituais sociais de refeição entre essa população.

Uma dessas mesas foi designada como “para escritório”, demonstrando uma especialização excepcional entre os inventariados, era de um fazendeiro de grande porte, que negociava certamente com praças distantes.

Finalizando, temos os móveis de “assento”, nos quais foram empregados apenas 5% do total destinado ao mobiliário, constituindo-se de 30 peças. A maioria era de bancos. Foram descritos 16 desses, 5 pequenos, 1 grande e 10 sem referências à tamanho, um deles “com guarda” (encosto). Também foram avaliados 13 tamboretos, dez deles com assentos feitos em couro, dois em palha, e um dito “mochado”. Completando as peças, encontramos apenas uma cadeira, “velha, com o assento taboado”. Pela que foi observado nos móveis de assento é possível afirmar que grande parte das pessoas se sentavam coletivamente quando se reuniam em torno de mesas, por exemplo, para refeições, pois a maior parte desses móveis eram “bancos”, que, mesmo pequenos, são assentos coletivos. Mas também foram encontrados um número considerável de móveis de assento individual, os tambores e a cadeira, porém, estes não foram a maioria. Assentos individuais, por serem mais fáceis de transportar, podiam ser utilizados em diversos lugares, como quartos, salas e cozinhas etc. Podemos dizer que o assentar-se em móveis no sertão da Mata do Peçanha era um ato em grande parte de valor coletivo, e possivelmente ligado aos rituais de refeição, os quais reclamavam os maiores gastos dentre os bens profissionais ou pessoais.

CONCLUSÕES:

Concluimos, que as fontes documentais para o estudo da cultura material e habitações no Centro Nordeste Mineiro podem ser extensas em alguns municípios, como Peçanha, e exíguas em outros, como Guanhães, porém, possibilitam coletar, sistematizar e elaborar o conhecimento histórico sobre a região,



quase inexistente. Averiguamos que as estruturas arquitetônicas subsistentes representam as classes de riqueza superior do passado. E que tal pesquisa busca ajudar as pessoas a se interessarem mais pela região.

No que diz respeito as transcrições foram de fundamental importância para o andamento desse projeto, além de nos dar uma ideia de como era a vida de grande parte da população, conseguimos observar coisas importantíssimas como impactos do surgimento da cidade de São João Evangelista, como era a população escrava na região, também tivemos a oportunidade de comparar a mesma fazenda em dois períodos diferentes e assim especularmos possíveis causas para as mudanças nelas encontradas. Isso são apenas alguns exemplos para demonstrar que encontramos conhecimento sobre a região que já deveriam ser de conhecimento de todos, mas que não são.

Outro resultado muito importante é essa noção de como funcionava as coisas dentro da nossa região, dando até mesmo a ideia de como era a casa das pessoas que viveram nesse período da linda e até então desconhecida história da região centro nordeste mineira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ESPÍNDOLA, Haruf Salmen; AVANZI, Sara Alves; MACHADO JÚNIOR, Marcelo. Território e Fronteira em Minas Gerais na primeira metade do Século XX. XVI Seminário sobre economia mineira [recurso eletrônico]: anais. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2014

PIMENTA, Dermeval José. A Mata do Peçanha: sua história e sua gente. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1966.

SILVA, Vitor Ezequiel Moreira e; RIBEIRO, Isaac Cassemiro. Cultura material e habitações no “centro nordeste mineiro”: levantamento documental e análises preliminares (fazenda Mundo Novo). IV Seminário de Integração Acadêmica do IFMG – Campus São João Evangelista: anais. São João Evangelista: IFMG, 2016.

SOUZA, Tânia Maria Ferreira de. Onde o Sol Nunca Brilha: investimentos britânicos e mudança tecnológica nas minas de Congo Soco, Passagem e Morro Velho. XI Seminário sobre economia mineira [recurso eletrônico]: anais. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2004.

ZARANKIN, Andrés. Paredes que domesticam: arqueologia da arquitetura escolar capitalista: o caso de Buenos Aires. Campinas: UNICAMP, 2001.

Participação em Congressos, publicações e/ou pedidos de proteção intelectual:

Participação no Seminário de Integração Acadêmica – SIA, IFMG, *Campus* São João Evangelista, 2016, com o trabalho: “Cultura material e habitações no “centro nordeste mineiro”: um levantamento das “casas centenárias” como subsídio para o fortalecimento da identidade regional e das políticas de defesa do patrimônio cultural”.

Participação no I Simpósio de Arquitetura dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, UFVJM, 2017, com o trabalho intitulado: “Morar nas Fronteiras da Mata do Peçanha: cultura habitações no Centro Nordeste de Minas (1810 – 1900)”.